

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 841.306 - SP (2016/0003287-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : COELHO E NASCIMENTO SUPERMERCADO LTDA.**  
**ADVOGADO : OSWALDO PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S) - SP052825**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo fundado no CPC/73, interposto pela **Fazenda Nacional**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 218):

**EMENTA**

**DIREITO TRIBUTÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO - ARTIGO 151 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - HIPÓTESES DE SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO FISCAL - MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE - ARTIGO 74 DA LEI Nº 9.430/96.**

*I - Tratando-se de sentença concessiva da segurança, aplica-se o reexame necessário (Lei nº 1.533/51, art. 12).*

*II - Tendo o "mandamus" sido impetrado para obstar a ação de cobrança e inscrição de crédito fiscal em dívida ativa da União, com decisão liminar e sentença concessiva da pretensão por reconhecer causa suspensiva de exigibilidade decorrente de dois pedidos administrativos de compensação tributária pendentes de julgamento definitivo, não perde objeto o "writ" pelo fato de um dos processos, ou ambos, haver sido julgado definitivamente, pois há que se verificar a legalidade ou não do ato impugnado para fins de aferição dos efeitos decorrente deste processo.*

*III - Em se tratando de débitos objeto de pedido administrativo de compensação, o artigo 74 da Lei nº 9.430/96 prevê o procedimento administrativo para que o contribuinte proceda à compensação tributária mediante apresentação de declaração própria à Receita Federal, sujeito a condição resolutória de sua ulterior homologação pela autoridade fiscal competente, sendo que da eventual não homologação cabe a interposição de manifestação de inconformidade e recurso ao Conselho de Contribuintes, instrumentos que devem ser considerados como causa suspensiva da exigibilidade do crédito fiscal enquanto pendentes de julgamento definitivo, na forma do art. 151, III, do CTN, ainda que anteriormente à redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003, conforme precedentes do Eg. STJ e*

*desta Corte Regional (3ª e 4ª Turmas).*

*IV - Os pedidos de compensação pendentes de apreciação à época das alterações introduzidas no artigo 74 da Lei nº 9.430/96 pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, expressamente foram reconhecidas como declarações de compensação nos termos do referido dispositivo legal, portanto, constituindo causa de suspensão da exigibilidade do crédito por força da própria lei (§§ 4º e 11).*

*V - No caso em exame, conforme documentos juntados e reconhecido pela própria autoridade impetrada, aos 10.02.2000 a empresa autora fez dois pedidos administrativos de compensação de créditos por recolhimentos indevidos de PIS e de FLNSOCIAL (PAD nº 10.865.000145/00-31 e PAD nº 10.865.000146/00-01), os quais foram indeferidos, tendo a empresa interposto manifestação de inconformidade aos 01.08.2001 e 03.07.2001 contra tais decisões indeferitórias, estando, pois, pendentes de julgamento definitivo quando da impetração deste "mandamus", sendo ilegal o posicionamento da autoridade de que poderiam tais créditos ser imediatamente inscritos em dívida ativa e cobrados inclusive judicialmente.*

*VI - Apelação da União Federal e remessa oficial, tida por interposta, desprovidas.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 229/234).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 151 do CTN; 3º e 38 da Lei 6.830/80 e 2º, I, e 7º da Lei 10.522/2002. Alega que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal **a quo** remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; (II) "*a mera impugnação administrativa não encontra respaldo em nenhuma das hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito previstas no art. 151 do CTN, menos ainda o simples pedido de compensação apresentado pela parte*" (fl. 244).

Contrarrazões e contraminuta não apresentadas.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 296/299.

### **É O RELATÓRIO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n.2/STJ, aprovado pelo

Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Cumprе salientar que é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. IRREVERSIBILIDADE E SATISFAÇÃO DA MEDIDA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.*

*1. Considera-se genérica a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC consubstanciada na afirmação de que não foram analisados determinados dispositivos de Lei, uma vez que esta é incapaz de individualizar a omissão ocorrida no acórdão recorrido, bem como tornar clara sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.*

*[...]*

*Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no REsp 1318004/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2013, DJe 2/4/2013)**

No mérito, cumprе salientar que a jurisprudência do STJ é no sentido de que a apresentação de manifestação de inconformidade pelo contribuinte em razão do indeferimento do pedido de compensação na espera administrativa tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito, na forma do art. 151, III, do CTN.

É o que se extrai dos seguintes julgados:

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL. MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE PENDENTE DE JULGAMENTO. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUSPENSA.*

*1. No que se refere à suposta violação do art. 535 do CPC, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua análise, não*

*podendo ser considerado nulo apenas por ser contrário aos interesses da parte.*

*2. A jurisprudência do STJ reconhece que o indeferimento pelo Fisco da compensação tributária efetuado pelo contribuinte enseja sua notificação para pagar ou apresentar manifestação de inconformidade, recurso este que suspende a exigibilidade do crédito tributário, pois enquadra-se na hipótese prevista no art. 151, inciso III, do CTN e no art. 74, §11, da Lei 9.430/96.*

*3. Agravo Regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 445.145/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/4/2014, DJe 15/4/2014)**

TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA.  
INDEFERIMENTO. MANIFESTAÇÃO DE  
INCONFORMIDADE. EFEITO SUSPENSIVO.  
PRECEDENTES.

*1. O indeferimento pelo Fisco da compensação tributária efetuado pelo contribuinte enseja sua notificação para pagar ou apresentar manifestação de inconformidade (Art. 74, § 9º, da Lei n. 9.430/96), recurso este que suspende a exigibilidade do crédito tributário, pois se enquadra na hipótese prevista no art. 151, inciso III, do CTN e no art. 74, § 11, da Lei n. 9.430/96. Incidência da Súmula 83/STJ.*

*2. A Primeira Seção do STJ entende que o pedido administrativo de compensação e o recurso interposto contra o seu indeferimento suspendem a exigibilidade do crédito tributário. EREsp 850332/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 28/05/2008, DJe 12/08/2008.*

*3. "A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.138.206/RS (assentada de 9.8.2010), submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), pacificou entendimento de que o processo administrativo tributário encontra-se regulado pelo Decreto 70.235/1972 e pela Lei 11.457/2007, o que afasta a aplicação da Lei 9.784/1999." (AgRg no REsp 1267000/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 11/10/2011, DJe 17/10/2011.) Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no REsp 1310909/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/9/2012, DJe 18/9/2012)**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO  
REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO  
FISCAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO  
TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO NA VIA  
ADMINISTRATIVA. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO.  
PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.  
SÚMULA 211 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. *Trata-se originariamente de embargos à execução fiscal opostos com o fim de ver anulada a CDA 90.4.03.0010003-94, sob o argumento de que os créditos lançados na cártula estariam com exigibilidade suspensa devido o processamento de recurso administrativo relativo a pedido de compensação.*

2. *O acórdão de origem, mesmo com a oposição de embargos declaratórios, não teceu manifestação a respeito da matéria dos arts. 20, 467, do CPC, nem sequer implicitamente. Desatendido o requisito do prequestionamento, tem incidência o óbice da Súmula 211 do STJ.*

3. *A Primeira Seção do STJ, ao interpretar as disposições do art. 151, III, do CTN, aplica o entendimento de que ocorre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sempre que existente uma impugnação do contribuinte à cobrança do tributo, qualquer que seja esta (v.g.: EREsp n. 850.332/SP).*

4. *Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1205762/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/2/2011, DJe 25/2/2011)

Assim, por estar o acórdão recorrido em harmonia com o posicionamento do STJ sobre o tema, não está a merecer reparos.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator